



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO  
PROCURADORIA-GERAL

**PARECER JURÍDICO 077/PG/CMPV/2025**

Projeto de Lei 4.739/2025

**I – DO RELATÓRIO**

Aportou nesta Procuradoria-Geral o Projeto de Lei 4.739/2025, com a seguinte ementa: *"Dispõe sobre a criação do Programa "BRIGADA ESCOLAR" no âmbito do Município de Porto Velho, e dá outras providências"*.

O Projeto de Lei nº 4739/2025, de autoria do Vereador Gedeão Negreiros, propõe a criação do Programa Brigada Escolar no âmbito do Município de Porto Velho. O objetivo é capacitar servidores, alunos e membros da comunidade escolar para atuar em situações de emergência, prevenção de acidentes e primeiros socorros, com apoio da SEMED, SEMUSA e Defesa Civil.

O Prefeito vetou integralmente a proposta por entender que há inconstitucionalidade formal, uma vez que: o projeto impõe atribuições e estrutura administrativa a órgãos do Poder Executivo (SEMED, SEMUSA e Defesa Civil); cria programa de governo e obrigações financeiras sem estimativa de impacto orçamentário, em afronta ao art. 113 do ADCT e à Lei de Responsabilidade Fiscal; viola o princípio da separação dos poderes e a iniciativa privativa do Prefeito para leis que tratem da organização e funcionamento da administração pública (art. 65, §1º, IV da LOM/PVH e art. 39, §1º, II, "d" da CE/RO).

Posto isto, os autos deste Projeto de Lei retornaram à Casa de Leis para apreciação do veto.

É o breve relatório.

**II – DO PROCESSO LEGISLATIVO PARA A APRECIÇÃO DE VETOS**

É de conhecimento geral que compete à Câmara Municipal o dever constitucional de apreciar todos os vetos interpostos pelo Prefeito Municipal, sejam parciais ou totais, e independentemente de sua motivação — seja esta jurídica, por suposta



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO  
PROCURADORIA-GERAL**

inconstitucionalidade ou ilegalidade, ou baseada em razões de conveniência e oportunidade administrativa, com fundamento no interesse público.

Essa atribuição decorre do princípio da separação e do equilíbrio entre os Poderes, sendo essencial para garantir o controle legislativo sobre os atos do Executivo. Após a comunicação formal do veto, a Câmara deve analisar os fundamentos apresentados e deliberar, em votação específica, pela sua manutenção ou rejeição, conforme previsto na Lei Orgânica do Município e nos termos do processo legislativo estabelecido pela Constituição Federal.

Trata-se, portanto, de prerrogativa inerente ao Poder Legislativo, que visa assegurar a legalidade, a razoabilidade e a legitimidade das decisões que envolvem a formação das leis municipais.

Neste diapasão, dispõe a **Lei Orgânica do Município de Porto Velho**:

Art. 72 - Os projetos de leis aprovados pela Câmara Municipal serão enviados ao Prefeito que, aquiescendo, sancioná-los-á.

§ 1º - Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do seu recebimento, comunicando os motivos do veto ao Presidente da Câmara, dentro de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º - Decorridos quinze dias úteis, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§ 3º - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

**§ 4º - Devolvido o Projeto vetado à Câmara Municipal, será ele apreciado no prazo de trinta dias, a contar de sua leitura em Plenário, com ou sem parecer, em votação única, considerando-se rejeitado pelo voto de maioria absoluta dos membros da Câmara caso em que será enviado ao Prefeito para promulgação.** (Redação dada pela Emenda À Lei Orgânica N.º 06 De 19/05/1993 publicada no D.O.M nº 1.030 de 25/05/1993).

§ 5º - Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no parágrafo anterior, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final.

§ 6º - Não sendo a lei promulgada dentro de 48 (quarenta e oito) horas pelo Prefeito, nos casos dos §§ 2º e 4º deste artigo, o Presidente da Câmara promulgará em igual prazo, e, se este não o fizer, caberá ao primeiro Vice-Presidente fazê-lo.

Regulamentando a Lei Orgânica Municipal, o **Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Velho** assim dispõe:



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PROCURADORIA-GERAL**

Art. 165 - O projeto aprovado pela Câmara será enviado ao Executivo dentro de 10 (dez) dias úteis contados da sua aprovação pela Câmara, para sanção ou promulgação.

§ 1º - Se o Prefeito julgar o Projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do seu recebimento, comunicando os motivos do veto ao Presidente da Câmara, dentro de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º - Decorridos 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

§ 3º - O Veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

**§ 4º - Devolvido o projeto vetado à Câmara Municipal, será ele apreciado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da sua leitura em Plenário, com ou sem parecer, em votação única, considerando-se rejeitado pela maioria dos membros da Câmara, caso que será enviado ao Prefeito para promulgação.**

§ 5º - Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no parágrafo anterior, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até a sua votação final.

§ 6º - Não sendo a Lei promulgada dentro de 48 (quarenta e oito) horas pelo Prefeito, nos casos dos §§ 2º e 4º, deste artigo, o Presidente da Câmara promulgará em igual prazo e, se este não fizer, caberá ao 1º Vice-Presidente fazê-lo.

Deve ainda ser observado o **art. 94, do Regimento Interno**, a qual trata das competências da **Comissão de Constituição e Justiça**:

Art. 94 - Compete à **Comissão de Constituição e Justiça** manifestar-se sobre todos os assuntos submetidos a sua apreciação, quanto aos aspectos inerentes à **constitucionalidade**, juridicidade, legalidade, redação e técnica legislativa.

§ 1º - **É obrigatória a audiência da Comissão a que alude o “caput” deste artigo sobre todos os processos que tramitarem pela Câmara**, ressalvados os que explicitamente tiverem outro destino dado por este Regimento.

§ 2º - **Concluindo a Comissão pela ilegalidade ou pela inconstitucionalidade do projeto, deve o parecer ir a Plenário** para ser discutido e, somente quando for rejeitado o parecer, prosseguirá o processo sua tramitação.

Portanto, o presente feito deve obedecer ao rito legislativo acima disposto.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO  
PROCURADORIA-GERAL**

### **III – DO VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL**

Infere-se que a proposta legislativa, de fato, impõe atribuições a órgãos do Poder Executivo, notadamente à SEMED, SEMUSA e à Defesa Civil, o que configura violação à reserva de iniciativa do Prefeito Municipal e ao princípio da separação dos poderes, nos termos do art. 65, §1º, IV, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e do art. 39, §1º, II, “d”, da Constituição do Estado de Rondônia.

Neste sentido, vejamos o que dispõe a **Constituição do Estado de Rondônia**:

Art. 39. *Omissis*.

§ 1º **São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:**

I - fixem, organizem ou alterem os efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, observadas as diretrizes estabelecidas na Legislação Federal. (NR dada pela EC nº 112, de 13/10/2016 – DO-e-ALE nº 174, de 13/10/2016)

**II - disponham sobre:**

**a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;**

b) servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

c) (Revogado pela EC nº 43, de 14/06/2006 – D.O.E. nº 562, de 25/07/2006)

d) criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos do Poder Executivo.

No mesmo norte, a **Lei Orgânica do Município de Porto Velho**:

§ 1º - **São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:**

I - criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquicas e fundacional; (Redação dada pela Emenda À Lei Orgânica N.º 09 De 15/10/1993 publicada no D.O.M. nº 1.058 de 27/10/1993).

II - fixação ou aumento de remuneração dos servidores; (Redação dada pela Emenda À Lei Orgânica N.º 09 De 15/10/1993 publicada no D.O.M. nº 1.058 de 27/10/1993).

III - servidores públicos municipais, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda À Lei Orgânica N.º 09 De 15/10/1993 publicada no D.O.M. nº 1.058 de 27/10/1993).

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgão da Administração Pública Municipal; (Redação dada pela Emenda À Lei Orgânica N.º 09 De 15/10/1993 publicada no D.O.M. nº 1.058 de 27/10/1993).

**Procuradoria-Geral da Câmara Municipal de Porto Velho**

Rua Belém, 139, Embratel, Porto Velho, Rondônia, CEP 76.820-734

[www.portovelho.ro.leg.br](http://www.portovelho.ro.leg.br)



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO  
PROCURADORIA-GERAL**

V - propostas de Orçamento Anual, Plano Plurianual e Diretrizes Orçamentárias;

VI - aquisição, alienação e concessão de bens imóveis municipais. (Redação dada pela Emenda À Lei Orgânica N.º 09 De 15/10/1993 publicada no D.O.M. nº 1.058 de 27/10/1993)

Portanto, *in casu*, razão assiste ao Prefeito Municipal ao vetar a matéria, visto que o Projeto de Lei está violando a tese de repercussão o geral 917 do **Supremo Tribunal Federal** e a jurisprudência do **Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia**. Senão vejamos:

**Tese 917, do STF:**

**Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos** (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal) (ARE 878.911, 30/09/2016)

**ADI 0807458-12.2024.8.22.0000**

DIREITO CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL. SEGURANÇA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO. INICIATIVA PARLAMENTAR. IMPOSIÇÃO DE ATRIBUIÇÕES A ÓRGÃOS DO EXECUTIVO. VÍCIO FORMAL. INVASÃO DA COMPETÊNCIA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

**I. CASO EM EXAME**

1. Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo Prefeito Municipal, visando à declaração de inconstitucionalidade formal da Lei Ordinária Municipal, promulgada pela Câmara Municipal após rejeição de veto integral. A norma, de iniciativa parlamentar, institui diretrizes e obrigações voltadas à proteção dos profissionais da educação no ambiente escolar, impondo medidas e procedimentos a serem adotados por unidades escolares e pela Administração Pública municipal.

**II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO**

**2. A questão em discussão consiste em definir se a Lei Municipal n. 3.004/2022, ao impor obrigações administrativas, atribuições funcionais e medidas operacionais à estrutura da Administração Pública municipal, configura vício de iniciativa por invadir competência legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo, em ofensa ao princípio da separação de poderes.**

**III. RAZÕES DE DECIDIR**

3. A Constituição do Estado de Rondônia, em seu art. 39, §1º, inc. II, alínea "d", e art. 65, inc. VII, estabelece como de iniciativa privativa do Chefe do

**Procuradoria-Geral da Câmara Municipal de Porto Velho**

Rua Belém, 139, Embratel, Porto Velho, Rondônia, CEP 76.820-734

[www.portovelho.ro.leg.br](http://www.portovelho.ro.leg.br)



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PROCURADORIA-GERAL**

Poder Executivo leis que disponham sobre a organização, estrutura e funcionamento da administração pública, entendimento aplicável aos municípios por simetria constitucional.

4. A Lei Municipal n. 3.004/2022, embora busque garantir segurança aos profissionais da educação, estabelece obrigações concretas às unidades escolares, à Secretaria Municipal de Educação e a seus servidores, com previsão de condutas obrigatórias, protocolos administrativos, medidas disciplinares e alocação de recursos, configurando ingerência legislativa em matéria de gestão administrativa.

**5. O conteúdo normativo ultrapassa a formulação de diretrizes genéricas, impondo atos de execução administrativa, o que caracteriza afronta à reserva de iniciativa do Chefe do Executivo, conforme entendimento consolidado no STF (Tema 917), o qual admite a criação de despesas por lei de iniciativa parlamentar apenas quando não houver interferência na estrutura ou atribuições dos órgãos do Executivo.**

6. A jurisprudência do STF (RE 1405319/SP) e do TJRO (ADI 0809053-80.2023.8.22.0000) confirma a inconstitucionalidade de normas de origem legislativa que imponham obrigações à Administração Pública local, em violação ao princípio da separação de poderes.

7. A autonomia do Legislativo não autoriza a interferência direta na organização e funcionamento da Administração Pública, sendo inconstitucional norma que, sob pretexto de proteção de direitos sociais, usurpa competências do Executivo.

**IV. DISPOSITIVO E TESE**

8. Pedido procedente.

Tese de julgamento:

**1. É inconstitucional, por vício formal de iniciativa, lei municipal de origem parlamentar que impõe obrigações administrativas, estabelece condutas operacionais e atribuições a órgãos do Poder Executivo.**

2. A competência para legislar sobre a organização e funcionamento da Administração Pública municipal é privativa do Prefeito, nos termos da Constituição Estadual e da simetria com a Constituição Federal.

3. A violação à iniciativa legislativa privativa do Executivo acarreta ofensa ao princípio da separação e harmonia dos Poderes, nos termos do art. 2º da Constituição Federal.

Dispositivos relevantes citados: CF/1988, arts. 2º, 30, II, 61, §1º, II, “b”, e 84, VI, “a”; Constituição do Estado de Rondônia, arts. 39, §1º, II, “d”, e 65, VII.

Jurisprudência relevante citada: STF, RE nº 1405319/SP, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, j. 22.02.2023; TJRO, ADI nº 0809053-80.2023.8.22.0000, Rel. Des. Kiyochi Mori, j. 27.02.2024.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO  
PROCURADORIA-GERAL**

**IV – DA CONCLUSÃO**

Ante o exposto, esta Procuradoria opina pela manutenção do veto ao Projeto de Lei 4.739/2025, nos termos do art. 72, § 4º, da Lei Orgânica do Município e do art. 165, § 4º, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Retornem os autos à Diretoria Legislativa para providências regimentais.

Este parecer é meramente opinativo. S.M.J.

Porto Velho, 3 de julho de 2025.

**DIOGO PRESTES GIRARDELLO**

Procurador da Câmara Municipal de Porto Velho



Assinado por **Diogo Prestes Girardello** - Procurador - Em: 03/07/2025, 16:58:06